



LÍNGUA PORTUGUESA

1 Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.	1
2 Reconhecimento de tipos e gêneros textuais.	19
3 Domínio da ortografia oficial.	45
4 Domínio dos mecanismos de coesão textual. 4.1 Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual.	62
4.2 Emprego de tempos e modos verbais.	80
5 Domínio da estrutura morfosintática do período.	81
5.1 Emprego das classes de palavras.	88
5.2 Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração. 5.3 Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração.	138
5.4 Emprego dos sinais de pontuação.	148
5.5 Concordância verbal e nominal.	157
5.6 Regência verbal e nominal.	173
5.7 Emprego do sinal indicativo de crase.	183
5.8 Colocação dos pronomes átonos.	188
6 Reescrita de frases e parágrafos do texto.	195
6.1 Significação das palavras. 6.2 Substituição de palavras ou de trechos de texto.	207
6.3 Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto.	217
6.4 Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade.	217
7 Correspondência oficial (conforme Manual de Redação da Presidência da República) 7.1 Padrão Ofício.	217

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

1 Ética e moral.	1
2 Ética, princípios e valores.	9
3 Ética e democracia: exercício da cidadania.	11
4 Ética e função pública.	15
5 Ética no setor público. 5.1 Lei nº 8.112/1990 e suas alterações. 5.1.1 Espécies de Procedimento Disciplinar: sindicâncias investigativa, patrimonial e acusatória. 5.1.2 Processo Administrativo Disciplinar. 5.1.2.1 Ritos ordinário e sumário. 5.1.2.2 Fases: instauração, inquérito e julgamento. 5.1.2.3 Comissão disciplinar: requisitos, suspeição, impedimento e prazo para conclusão dos trabalhos (prorrogação e recondução).	18
6 Lei nº 12.846/2013 e suas alterações.	76

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

1 Direitos e garantias fundamentais. 1.1 Direitos e deveres individuais e coletivos. 1.2 Direitos sociais. 1.3 Direitos de nacionalidade.	1
2 Poder Executivo: atribuições e responsabilidades do presidente da República.	43
3 Defesa do Estado e das instituições democráticas: segurança pública; organização da segurança pública.	56
4 Ordem social: base e objetivos da ordem social; seguridade social; meio ambiente; família; criança, adolescente, idoso e índio.	72

SUMÁRIO



NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

1 Estado, governo e administração pública: conceitos; elementos; poderes e organização; natureza, fins e princípios.	1
2 Organização administrativa da União: administração direta e indireta.	12
3 Agentes públicos. 3.1 Regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais (Lei nº 8.112/1990).	37
4 Lei nº 8.666/1993 e suas alterações e Decreto nº 10.024/2019 (regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica).	42
5 Decreto nº 6.170/2007 e suas alterações (dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, e dá outras providências).	130
6 Sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional (Lei nº 8.429/1992).	140
7 Lei 9.784/1999 e suas alterações.	150
8 Poderes administrativos: poderes hierárquico, disciplinar e regulamentar; poder de polícia; uso e abuso do poder.	171
9 Controle e responsabilização da administração: controles administrativo, judicial e legislativo; responsabilidade civil do Estado.	183
10 Portaria Interministerial nº 424/2016 e suas alterações.	196

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

1 Declaração Universal dos Direitos Humanos — Resolução 217-A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas, 1948.....	1
2 Direitos humanos e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988 (arts. 5º ao 15).	12
3 Regras mínimas da ONU para o tratamento de pessoas presas.....	51
4 Decreto nº 7.037/2009 e suas alterações (Programa Nacional de Direitos Humanos). ..	71
5 Decreto nº 9.759/2019 (extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal.).	73
6 Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (arts. 62 a 64 da Lei de Execução Penal e suas alterações). 7 Conselhos Penitenciários (arts. 69 e 70 da Lei de Execução Penal e suas alterações). 8 Conselhos da Comunidade (arts. 80 e 81 da Lei de Execução Penal e suas alterações).	76

ATUALIDADES (SOMENTE PARA A PROVA DISCURSIVA)

1 Sistema de justiça criminal. 2 Sistema prisional brasileiro e sistema penitenciário federal. 3 Políticas públicas de segurança pública e cidadania. 4 O papel do sistema penitenciário nas Políticas nacionais de segurança pública.	
---	--



EXECUÇÃO PENAL

1 Lei nº 7.210/1984 (Lei de Execução Penal).	1
2 Resoluções do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária: Resolução nº 01/2014 – dispõe sobre a atenção em saúde mental;	41
Resolução nº 04/2014 – aprova as diretrizes básicas para a atenção integral à saúde; ...	43
Resolução nº 01/2016 – dispõe sobre as diretrizes nacionais para atenção à saúde e qualidade de vida dos servidores em serviços penais;	46
Resolução nº 03/2018 – recomendações sobre interrupção da transmissão do HIV e outras enfermidades entre as pessoas privadas de liberdade.	49
3 Portaria Interministerial MJ/MS nº 01/2014 – institui a política nacional de atenção integral à saúde das pessoas privadas de liberdade no sistema prisional no âmbito do Sistema Único de Saúde.	54
4 Portaria Interministerial MJ/MSPM nº 210/2014 – institui a política nacional de atenção às mulheres em situação de privação de liberdade e egressas do sistema prisional.	61
5 Portaria MJSP nº 18/2020 (aprova a Doutrina Nacional de Atuação Integrada de Segurança Pública (DNAISP)). 5.1 Doutrina Nacional de Atuação Integrada de Segurança Pública (DNAISP).	68
6 Plano Nacional de Política Criminal e Penitenciária 2020-2023.	96

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL

1 Decreto nº 6.049/2007 (Regulamento Penitenciário Federal).	1
2 Portaria MSP nº 199/2018 (Regimento Interno do Departamento Penitenciário Nacional).....	15
3 Lei nº 10.693/2003 e suas alterações	44
4 Lei nº 11.907/2009 (Seção XXIII – Das Carreiras da Área Penitenciária Federal).	44
5 Lei nº 13.327/2016 (Capítulo VIII – Das Carreiras da Área Penitenciária Federal).	52
6 Lei nº 11.473/2007 (dispõe sobre cooperação federativa no âmbito da segurança pública).....	53
7 Portaria DISPF/DEPEN nº 11/2015 (aprova o Manual das Assistências do Sistema Penitenciário Federal).	56